



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DA ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

A escola como um agente de socialização secundária: Um estudo sobre o comportamento dos alunos face aos valores, regras e normas no seio da
Escola Secundária Josina Machel

Relatório de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Natércia Tomás Tsamuele Ivo

Supervisor: Danúbio Lihaha

Maputo, Abril de 2012

A escola como um agente de socialização secundária: Um estudo
sobre o comportamento dos alunos face aos valores, regras e
normas no seio da ESJM

**Relatório de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de
licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane**

Autora:

Natércia Tomás Tsamuele Ivo

Supervisor:

Danúbio Lihaha

Oponente:

Euclides Gonçalves

Presidente:

Fernando Manjate

Maputo, Abril de 2012

Declaração

Declaro por minha honra que este relatório de pesquisa nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

(Natércia Tomás Tsamuele Ivo)

Dedicatória

À minha família:

**Leonel Paulo Ivo, Ninay Sharmila Ivo e Laíny Solange Ivo, pelo
encorajamento e incentivo que me deram durante a minha formação acadêmica,
com o propósito de tornar o desejado, numa realidade.**

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me conceder a vida na sua graça, por ter iluminado os meus caminhos durante quatro anos da minha formação académica e por me ter concedido a força e coragem para poder continuar com os estudos, que irão contribuir para o meu crescimento intelectual. Por isso louvarei a Deus para sempre.

Agradeço em especial, à minha família, Leonel Paulo Ivo meu esposo por todo apoio e compreensão dispensado durante a minha formação, às minhas filhas Ninay Sharmila Ivo e Láiny Solange Ivo, pelas infindáveis horas de convívio roubadas a elas, para me dedicar aos estudos.

Aos meus pais Tomás Saúte e Ermelinda Manjate por me terem trazido ao mundo e por me terem prestado apoio, desde o início da minha formação: pai e mãe expresso o meu muito obrigada por tudo!

Aos meus irmãos Gilda Tsamuele e Sérgio Tsamuele agradeço pelo apoio dispensado nesta longa caminhada.

Gostaria de reiterar a minha gratidão a todos que foram meus docentes do primeiro ao quinto ano da minha formação sem excepção, em destaque ao supervisor do presente trabalho, Dr. Danúbio Lihaha, o meu muito obrigado pelos comentários dados a este trabalho na sua fase embrionária.

Para terminar, aproveito o ensejo para dizer em viva voz “*Khanimambo*” a todos que directa ou indirectamente prestaram-me apoio.

Resumo

O presente estudo insere-se numa abordagem antropológica sobre o comportamento dos alunos face aos valores, regras e normas, e que o mesmo teve como objectivo analisar a forma como os alunos se comportam e interpretam os valores, regras e normas estabelecidos pela Escola Secundária Josina Machel.

Especificamente, o estudo descreveu e explicou as percepções e representações dos alunos em relação aos valores, regras e normas; igualmente analisou as tendências do comportamento estratégico que os alunos adoptam face aos valores, regras, e normas desta instituição e por fim analisou o papel da escola na continuidade de transmissão dos valores, regras e normas para integração social dos alunos.

Para a materialização do mesmo, optei pela investigação qualitativa como metodologia pois, a investigação qualitativa tem como fonte directa os dados concretos, resultados do contacto directo com a realidade em que o objecto se encontra.

O método etnográfico foi o método que escolhi porque proporciona ao investigador o contacto directo com o objecto em estudo. Por isso, posso dizer que ele está relacionado com o tema, pois permitiu descrever o contexto social em que se pretendeu estudar o objecto, a realidade ou a dinâmica interna da escola, o comportamento social dos alunos face às regras, normas e valores impostos pela escola. Essa descrição torna-se pertinente a medida que a compreensão de um fenómeno no tempo e espaço determinado pressupõe o conhecimento do contexto social, político, cultural e económico.

Os resultados do presente estudo apontam que o comportamento dos alunos não reflecte aos valores, regras e normas da escola porque no seu processo de interacção não agem de acordo com os mesmos, tal como o plasmado no regulamento desta escola. A maneira de vestir e de agir entra em choque com a maneira de vestir e agir plasmada no regulamento. Os resultados apontam que tanto os alunos assim como os professores, não cumprem com as regras plasmadas no regulamento escolar pois, os alunos afirmam que os professores não são um bom exemplo a seguir e os

professores por sua vez, afirmam que os alunos apresentam um comportamento desviante daquilo que são as regras escolares.

Palavras-chave: Comportamento social, valores, regras e normas

Lista de abreviaturas e acrónimos

CIP_ Centro de Integridade Pública

ESJM_ Escola Secundária Josina Machel

HIV_ Virus de Imunodeficiência Humana

INE_ Instituto Nacional de Estatística

MINED_ Ministério de Educação

SIDA_ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

SNE_ Sistema Nacional de Educação

Índice

Capítulo I: Introdução.....	1
1.1. Contextualização, definição do problema e objectivos.....	3
1.2. Breve caracterização do local do Estudo (Escola Secundaria Josina Machel)	4
Capítulo II: Metodologia	5
Capítulo III: Revisão da Literatura.....	7
Capítulo IV: Enquadramento Teórico e Conceptual	11
4.1. Conceptualização	13
Capítulo V: Apresentação dos dados empíricos e discussão.....	16
5.1. Percepções e representações sociais dos alunos face às normas e regras da Escola Secundária Josina Machel.....	16
5.2. Comportamento dos alunos face às normas da Escola Secundária Josina Machel	22
5.3. O papel da escola na continuidade de transmissão das normas regras e valores para integração social dos alunos.....	24
5.4. Discussão	26
Considerações Finais	29
Referências bibliográficas	33
Anexos.....	36
Anexos 1: Guião das entrevistas.....	36
Anexos 2: Imagens.....	40
Imagem 1: localização geográfica da ESJM	40
Imagem 2: Vista frontal.....	41
Imagem 3: vista lateral	42
Anexos 3: Regulamento pedagógico.....	43

Capítulo I: Introdução

O presente relatório resulta do trabalho de pesquisa realizado na Escola Secundária Josina Machel, o qual analisa o comportamento dos alunos face às normas, regras e valores desta instituição. Este estudo tem como objectivo geral compreender como os alunos se comportam e interpretam as regras, normas e valores estabelecidos pela escola. Especificamente, o estudo visa: (1) descrever e explicar as percepções e representações dos alunos em relação as regras, normas e valores definidos pela escola; (2) analisar as tendências do comportamento estratégico que os alunos adoptam face a regras, normas e valores da escola e por fim (3) analisar o papel da instituição na continuidade de transmissão das normas e valores para integração social dos alunos. A finalidade deste relatório é de adquirir o grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Trata-se de um estudo qualitativo, cuja recolha de dados foi através de entrevista com perguntas abertas e fechadas, observação directa e consulta bibliográfica. A análise dos dados baseou-se na teoria de estruturação, segundo a qual, os indivíduos no seu processo de inteiração avaliam a confluência dos valores, regras e normas estruturais com os seus ideais e interesses para agir ou reagir (Giddens, 2003:35)

A questão do comportamento de adolescentes e jovens na sociedade, é um tema que merece uma atenção, visto tratar-se de uma faixa etária em fase de integração social e muitas vezes ser sujeita a vários desafios, como o consumo de droga, bebidas alcoólicas, prostituição infantil, criminalidade, HIV/SIDA, dentre outros problemas sociais.

Dados revelados pelo INE em 2007 indicam que em Moçambique, a maioria da população é jovem. Daí que sendo maioritariamente jovem, maior é a preocupação sobre a educação e preparação desta faixa etária para sua formação e preparação para integração social e profissional, como forma de garantir o seu bem-estar e harmonia social. Diante desta situação, a escola encontra-se como uma das instituições fundamentais, cuja função reside essencialmente em formar o homem do amanhã para enfrentar os desafios do futuro.

A educação enquanto parte integrante e fundamental da constituição da cidadania, tem uma responsabilidade de garantir a transmissão de regras de conduta, valores e normas de convivência social, o respeito pela dignidade, direitos humanos e solidariedade. Embora a escola nos apresente um quadro normativo com finalidade específica de formação do homem e a promoção da cidadania, hoje em dia, o grande desafio que se nos coloca é saber até que ponto esses adolescentes e jovens assimilam essas regras, normas e valores que se apresentam como uma proposta pedagógica integrante da formação do ser humano. Será que os ideais, as regras, os valores e normas que actualmente são instituídas pela escola correspondem aos interesses e necessidades contemporâneos ou desafios do futuro para a adolescência e juventude actual?

Partindo do pressuposto de que os objectivos educacionais não se alcançam de forma mecânica, assim como o processo de socialização e assimilação pelos alunos, não se processa de forma mecânica. Os alunos têm um papel fundamental na legitimação ou não desses valores. Esta é a minha preocupação e motivação para estudar este tema.

Se a escola tem por finalidade socializar as crianças, adolescentes e jovens, transmitir regras, normas e valores sociais para sua integração social e profissional, estes por sua vez, não devem ser considerados como agentes passivos mas, como sujeitos activos, que não só apreendem e vivenciam de forma cega as regras, valores e normas, como também, desempenham um papel chave. Estes, através da sua capacidade reflexiva reagem e adoptam comportamentos estratégicos de acordo com seus interesses.

Esta pesquisa é um contributo modesto e teórico explicativo sobre o comportamento social dos alunos na escola em relação às regras, valores e normas estabelecidas pela escola. Esta contribuição poderá permitir perceber as diferentes maneiras de reacção dos alunos em relação às regras, normas e valores específicos da escola.

1.1. Contextualização, definição do problema e objectivos

Segundo González (2002), Thurler et al (1994), Morgado (2004), De Carvalho (1992), Lopes (2004), Lévi-Strauss (2003), Geertz (1978), a escola constitui uma instituição social que tem como finalidade socializar o homem, transmitindo-lhe conhecimentos, regras de conduta, normas e valores para sua integração sócio profissional. Esse conjunto de regras de conduta, normas e valores impõem-se aos indivíduos envolvidos no ambiente educacional, para o qual, apenas lhes resta o papel passivo e a obediência. Nesta óptica, aos alunos caberá apenas a obediência dentro do quadro normativo instituído pela escola.

A segunda abordagem enquadra-se nas perspectivas de Gonçalves (1992), Patrício (1997), André (2008), Carneiro (2005), Giddens (2003) e Vogler (1977) que enfatizam a capacidade reflexiva dos indivíduos e o carácter flexível do comportamento. É nesta última abordagem que este estudo procura enveredar, identificando as percepções e representações dos alunos sobre as normas, regras e valores da Escola Secundária Josina Machel a fim de caracterizar as tendências do comportamento destes em relação as normas, regras e valores.

Desta feita, partindo de pressuposto de que os valores, as regras e normas modelam comportamentos sociais e estruturam a visão do mundo, a escola, entendida como agente socializador fundamental a preocupação central que se coloca na minha análise é: de que modo e até que ponto o comportamento que os alunos da Escola Secundária Josina Machel apresentam reflecte os valores, normas e regras que a escola veicula, e em face disso, qual é o comportamento que os alunos apresentam face aos mesmos?

Este relatório obedece a seguinte estrutura: primeiro apresento resumo da revisão da literatura, em segundo lugar descrevo a metodologia de análise e recolha dos dados, onde apresento os conceitos operatórios chave e em especial a metodologia que apliquei para recolher e analisar os dados do campo. Em terceiro lugar apresento os resultados do trabalho do campo, onde destaco a história da Escola Secundária Josina Machel, local onde realizei o meu estudo e, o perfil dos meus entrevistados. Na mesma sessão apresento de forma descritiva os resultados das entrevistas. Em quarto lugar faço uma discussão densa e procuro analisar os resultados à luz da revisão da literatura. Por fim apresento de forma resumida as breves considerações do meu estudo.

1.2. Breve caracterização do local do Estudo (Escola Secundária Josina Machel)

Dedico esta parte para apresentar de forma breve o historial do local de pesquisa pois, no meu entender constitui um dado importante a saber.

Segundo o meu informante, funcionário desta instituição desde 1969 até então, a escola foi edificada e inaugurado em 1952 mas, ela sempre existiu desde a época colonial e denominava se Liceu Salazar.

Este nome sofreu mudança para liceu 5 de Outubro, devido ao conflito com Salazar, entre o nativo e o colono. 5 de Outubro é um grande dia em Portugal, é dia da revolução por isso é um grande feriado, esclareceu o informante.

Na altura, tudo estava sob controlo dos portugueses, eram eles que davam aulas e, o ingresso nesta escola não era para qualquer um. Havia restrição, apenas filhos de Engenheiros, Doutores, entre outras figuras de categoria elevada é que tinha o privilégio de se matricular nesta escola enquanto, as camadas de classe baixa eram encaminhadas para Escola António Enes, actual Escola Secundária Francisco Manyanga. Lembra que o ex estadista moçambicano Joaquim Chissano e o ex ministro Pascoal Mucumbi foram alunos nesta escola.

Depois da derrota do colono, a quando das nacionalizações do estado moçambicano, a escola passou a denominar se Escola Secundária Josina Machel. Os colonos foram abandonando a direcção da escola e, os moçambicanos tomaram a direcção. A Escola Secundária Josina Machel é a primeira e a maior a nível do país. A entrada oficial para as instalações está na Av. Patrice Lumumba nº 68.

Do ponto de vista da sua organização Pedagógica, ela comporta dois ciclos: o primeiro que abarca os alunos da 8ª, 9ª e 10ª classe, no horário das 07h:30min as 12h:30min e o segundo ciclo que abarca os alunos da 11ª e 12ª classe, no horário das 12h:35min as 17h:30min. Em termos de número dos alunos a escola tem: 544 alunos da 8ª, 803 alunos da 9ª, 847 da 10ª, 1163 da 11ª e 1254 da 12ª classe e cinco blocos, nomeadamente: A, B, C, D e E.

Os professores estão distribuídos da seguinte forma: 15 professores leccionam 8ª, 16 professores leccionam 9ª, 16 leccionam 10ª, 22 leccionam 11ª e 25 leccionam 12ª classe.

Capítulo II: Metodologia

O presente relatório resulta de um trabalho de investigação do campo realizado durante os meses de Agosto e Setembro de 2011 na Escola Secundária Josina Machel, localizada na cidade de Maputo no bairro central. A escolha do local reside primeiro no facto de se tratar da maior e mais antiga escola na cidade de Maputo e a nível Nacional. Segundo por ser um local que do ponto de vista da sua localização permitia minha deslocação durante os meus intervalos de trabalho para fazer recolha de dado.

Foram entrevistados a nível da escola 30 pessoas, sendo: 27 alunos e 3 professores. Do total dos alunos, 15 eram da 12ª classe e 12 da 8ª classe. As suas idades variam no intervalo dos 12 aos 14 anos para 8ª classe e 16 aos 22 anos para 12ª classe. Dos 3 professores um é director pedagógico. Em termos de género foram entrevistados no total 13 homens e 15 mulheres, sendo 8 homens e 7 mulheres na 12ª classe e 7 mulheres e 5 homens, da 8ª classe. Destes alunos alguns entram de manhã e outros no período da tarde. Para conseguir entrevistar os dois grupos, tinha que me deslocar à escola, no intervalo das 09:30 às 12:00h para conversar com os alunos do 1º ciclo (8ª classe) e das 15:30 às 17:00h para trabalhar com os alunos do 2º ciclo (12ª classe).

A materialização deste estudo consistiu na aplicação da investigação qualitativa. Segundo Bogdan e Bikleim (1994), a investigação qualitativa tem como fonte directa os dados concretos, resultados do contacto directo com realidade em que o objecto se encontra. Para estes autores, o instrumento chave da análise de investigação qualitativa é o entendimento que o investigador tem destes, da realidade no contexto específico.

Bogdan e Bikleim (1994) referem que no âmbito da investigação qualitativa, nada é trivial, todos elementos contextuais contribuem para compreender o objecto de estudo. Foi nesta perspectiva que o presente estudo foi realizado, o que possibilitou a compreensão do comportamento dos alunos face as regras, valores e norma da Escola Secundária Josina Machel, através do contacto directo com a realidade objecto de análise, durante vários dias.

A recolha de dados baseou-se no uso das técnicas como entrevistas, observação/discrição e consulta bibliográfica. O guião das entrevistas continha as perguntas abertas e fechadas tanto para os alunos, professores assim como para a direcção. Para além das entrevistas, a observação directa e descrição da realidade no terreno, aliada a análise

crítica e indagação sobre a mesma, permitiu construir uma imagem e a biografia dos Modus vivendo do quotidiano dos alunos no processo de interacção com a instituição na sua forma normativa, o confronto do dito com o prático. Esta recolha de dados tinha como objectivo captar e descrever as percepções e representações sociais dos alunos e professores em relação as normas, regras, valores da escola e os diferentes tipos do comportamento dos alunos face as normas, regras e valores desta instituição. Visava também a discricção e o arrolamento, daquilo que se considera funções ou papeis ideias da escola, enquanto instituição de socialização e da formação do cidadão.

Capítulo III: Revisão da Literatura

A preocupação sobre a função de socialização das escolas ou do processo de educação e do comportamento social dos alunos, é um tema que merece atenção especial no ramo das ciências sociais e da educação. Das abordagens consultadas, pode se perceber, que todas, comungam a mesma visão segundo a qual a escola constitui uma instituição social que para além de transmitir conhecimentos teóricos, também tem a função de socializar os indivíduos, preparando-lhes para sua integração social e profissional. Essa função socializadora e integradora, hoje pode ser objecto de indagação, pois são várias situações que acontecem nas escolas e que fazem levantar suspeitas sobre o papel socializador e integrador dos indivíduos na sociedade.

Segundo González (2002), a escola, enquanto uma instituição social de socialização tem ênfase na preparação das pessoas para o trabalho em grupo e para o desenvolvimento social. Ela desenvolve nos alunos um aspecto investigativo. Para Ribeiro (2002) a escola enquanto o meio de educação promove a construção de valores da polís, de cidade, constituindo um lugar privilegiado para construir a polís e a política. Nesta visão, embora a autora enfatiza a questão da constituição da cidadania, o enfoque não está a margem da função de socialização e da missão de integração dos indivíduos, neste caso na vida da cidade, onde a consciência sobre os deveres e obrigações cívicos e morais constituem um alicerce para integração social dos indivíduos, mediante a satisfação de certas expectativas.

Não tão diferente desta abordagem, Thurler et al (1994), considera que a missão de educação de uma escola é a preparação dos alunos para a vida numa sociedade complexa, multicultural. A escola como espaço social se abre para o mundo, ao serviço da democracia. Segundo o autor, hoje a escola favorece a cada um o desenvolvimento da sua identidade na diversidade, aberto ao outro e enraizamento da cultura local, regional, nacional e global, sem isolamento nem exclusão social. Diante desta visão surge a seguinte questão: será que na Escola Secundária Josina Machel, os alunos tem a mesma compreensão ou sentimento em relação aos valores de solidariedade, de inclusão social no processo do ensino e aprendizagem, sobre tudo aqueles que estudam com alunos com necessidades ou com certas dificuldades? A dúvida sobre esta questão surge a propósito da constatação de (Mosse e Cortez, 2006), no seu relatório sobre a pequena corrupção no sector da educação, a partir de um estudo efectuado na Escola Secundária

Josina Machel, constataram que os professores não explicavam devidamente, cobravam valores monetários de forma ilícita e, alguns professores perguntavam as raparigas se não preferem, ao invés de dinheiro, pagar com “oscilações mecânicas” para a passagem de classe, numa alusão à prática sexual. Todavia, os alunos junto com seus encarregados, ainda que não tivessem condições desenhavam estratégias para conseguir o dinheiro e pagarem para ter passagem de classe. Dai, a seguinte questão de reflexão: será que ainda se pode atribuir a escola o papel socializador e integrador ou ela, hoje, através desses esquemas corruptos, desintegra e contribui para socializar as crianças à contra valores?

Outra abordagem que também se assemelha as abordagens acima, é a de Morgado (2004), segundo este autor, as escolas constituem um ciclo de sistema de relações e inter-relações entre pessoas. Enquanto organizações, as escolas estabelecem modelos cooperativos, partilhados, dando importância ao sistema de valores individuais transportados para a interação da estrutura escolar.

Assim sendo, todos elementos da comunidade escolar têm de agir em conformidade com o sistema de valores, sendo que atitudes e comportamentos se reflectem no funcionamento da escola. Esta abordagem, ainda que, reconheça o papel de socializador, a sua posição de que os indivíduos têm de agir de acordo com a instituição, constitui no meu entender uma constatação trivial. Pensa-se que os indivíduos não agem de forma cega, mas mediante sua capacidade reflexiva, eles adoptam diferentes comportamentos estratégicos em relação as regras, normas e valores escolares, conciliando os benefícios que eles próprios podem adquirir desse comportamento.

Outras abordagens a destacar são de Gonçalves, (1992:19), Patrício, (1997), André, (2008), Carneiro, (2005). Segundo estes autores, a análise e explicação do comportamento social dos grupos sociais permite compreender a dinâmica da vida social e cultural desses grupos. Neste sentido, se, se considerar que o comportamento social dos alunos na escola, está relacionado com a maneira como estes percebem, interpretam e incorporam, então, a compreensão da cultura da comunidade escolar no seu contexto global, torna-se um aspecto muito fundamental, sobretudo na maneira como eles se comportam e reagem para atingir certos interesses em relação as regras, normas e valores específicos. Isto permite compreender toda dinâmica da organização e comportamento da vida da escola.

Segundo os mesmos autores, a escola constitui um espaço social cuja compreensão da cultura da comunidade escolar, remete a análise relacional do comportamento dos alunos face as regras, normas e valores da escola, visto que estas têm um impacto em toda vida social, cultural, política e económica da escola.

Das abordagens expostas acima, pude perceber que todas comungam a visão de que a escola é uma instituição social que tem a função de socializar os indivíduos, preparando-lhes para sua integração social e profissional. Contudo, dessas abordagens pude destacar duas, que passo a descrever abaixo:

A primeira é aquela que enfatiza a ideia de que a escola é uma instituição social com função objectiva de transmitir conhecimentos, assim como comportamento ético, práticas sociais, habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do mundo ou ambiente que nos rodeia, considerando a escola como uma agência educacional que deverá adoptar forma peculiar de controlo, de acordo com o comportamento que pretende instalar e manter. Esta se integra na abordagem comportamental (González, 2002; Thurler et al, 1994; Morgado, 2004 e Geertz, 1978).

Esta visão enfatiza a ideia de que, o comportamento dos indivíduos dentro de instituição social é guiado por um conjunto de regras, normas e valores. São estas regras, normas e valores que lhes impõem ao indivíduo e que determinam como este deve agir em determinadas situações.

A segunda visão, embora reconhece a escola como uma instituição social de socialização, ela enfatiza a ideia de que, a escola está aberta ao crescimento mútuo dos participantes no processo de ensino e aprendizagem. Ela parte do reconhecimento do papel activo dos actores sociais, num processo onde os sujeitos da educação não estabelecem nenhuma relação de subordinação, nem de justaposição mas sim, ambos vivem uma relação constitutiva, num compromisso recíproco que impõe obrigações mútuas, os limites e os sentidos da liberdade de cada um (Carvalho, 1992; Patrício, 1997; André, 2008; Carneiro, 2005; Giddens, 2003; Vogler, 1977 e Abreu et al, 1997, com maior destaque para as perspectivas de Gonçalves, 1992; Ngoenha, 2000; Mazula, c1995 e Castiano et al. 2005).

Na abordagem de Ngoenha (2000) sobre o estatuto e axiologia de educação em Moçambique, o autor afirma que a educação em Moçambique é um projecto que precisa

de ser repensado na sua globalidade e no quadro das condições concretas tendo em consideração a sua trajetória para buscar as bases teóricas para se projectar um futuro que supere o projecto educativo do tempo colonial, do socialismo que até o presente momento a sua influência perpetua até o sistema actual de educação. Hoje, a educação em termos de infra-estruturas, de qualidade de professores mas, sobretudo de concepção de programas, de adequação de programas à realidade sociocultural é pior que o tempo colonial e as bases políticas, económicas e culturais que constituíram o substrato mental cultural e filosófico de educação durante os 25 anos da independência no actual contexto tornam-se inadequados. Para Ngoenha, é necessário rever as políticas e procurar adequar a realidade contextual, local e global em simultâneo. Corroborando com a posição de Gonçalves (2011), Ngoenha defende a ideia de que a dimensão cultural constitui o aspecto basilar do facto educativo, visto que este carrega consigo todo o conjunto de normas e valores instituídos pela sociedade, que na perspectiva de Gonçalves, pode ser enquadrado como ética e moral. Na óptica de Ngoenha, as normas e valores da sociedade moçambicana são híbridas, visto que se apoiam na tradição africana e modernidade ocidental, o que faz com que os valores tendem a se ocidentalizar, de igual forma a educação formal. Esta posição também é partilhada por Mazula (c1995) e Castiano et al. (2005). Mazula (c1995), reconhecendo o papel socializador da escola através do contributo que este dá no processo da transmissão de conteúdos académicos, assim como na veiculação das crenças e valores que aparecem nas relações sociais e nas rotinas que caracterizam a vida quotidiana da experiência escolar, o autor, critica o SNE, pelo facto de neste se observar tendências para redução da educação, ao processo de instrução tecnológica, facto este, que na sua óptica, gera incoerência pois, não corresponde a expectativa da realidade contextual, em respeito aos aspectos culturais do aluno e do seu meio envolvente. Analisando o argumento de Mazula constato que reitera a posição de Gonçalves (2011), Ngoenha (2000) e Giddens (2003), destacando o papel activo dos indivíduos em interacção, como produtores e construtores das significações das suas acções no processo da interacção e rejeita categoricamente, a ideia da preparação do homem novo para o futuro com base na introdução de novas tecnologias e a ideia de mais-valia. Para Mazula, a formação do homem novo passa necessariamente pela educação humanizante, esta que respeita os valores e as normas culturalmente localizáveis como forma de garantir a formação participativa e integrada do cidadão crítico. A constatação sobre a ineficiência, incoerência e desencadeamento do SNE em Moçambique também é percebida nas

análises de Castiano et al (2005), na medida em que, segundo o autor, há insatisfação das pessoas individuais, famílias, instituições, alunos e a sociedade civil em relação ao desempenho das escolas sob controlo do governo devido as instalações inadequadas, falta de material de ensino e livros, falta de professores e a qualidade de ensino, este último que resulta da falta de professores com formação pedagógica mínima e o facto de muitos alunos viverem em situações de vulnerabilidade, pobreza, frequentado muitas vezes a escola sem ter tomado o pequeno-almoço.

É nesta última visão que o meu estudo se enquadra. Neste âmbito, partindo do pressuposto que os valores, as regras e normas modelam comportamentos sociais e estruturam a visão do mundo, entendendo a escola como agente socializador fundamental, a preocupação central que se coloca na minha análise é de que modo e até que ponto o comportamento que os alunos da Escola Secundária Josina Machel apresentam reflecte os valores, normas e regras que a escola veicula, e em face disso, qual é o comportamento que estes alunos apresentam face aos mesmos?

Capítulo IV: Enquadramento Teórico e Conceptual

Para a realização do presente projecto, baseie-me na teoria da estruturação, desenvolvida por Giddens (2003). A escolha desta perspectiva teórica, reside no facto de ela permitir não só perceber a influência da estrutura social sobre os indivíduos, como também permite perceber que os agentes sociais não agem somente em função da influência da estrutura, como também, levam em consideração os aspectos intersubjectivos. Neste sentido, se imagina que a estrutura social, neste caso os valores e as normas, tem uma certa influência relativa na vida dos indivíduos, pois estes não agem mecanicamente por obediência cega dos valores transmitidos pela estrutura escolar e seus aspectos normativos e culturais, mas interagem com esta realidade num processo de construção, desconstrução e reconstrução desses valores, o que permite que a dado momento, ainda que estejam na escola estes possam adoptar formas de comportamento, que em algum momento pode ser considerado desviante, enquanto para eles podem ter um carácter significativo e a corresponder as suas necessidades e seus interesses.

A teoria de estruturação defende que, a vida social possui regularidades mas, estas não são naturais, são regularidades reflexivas, em que os indivíduos não agem de forma

mecânica mas, com uma capacidade reflexiva perante a realidade, os valores, as normas sociais da estrutura social. Nesta teoria, as acções dos indivíduos são dotadas de consciência e intencionalidade, ainda que estes não tenham domínio total das condições e das consequências dos seus actos, pois alguns resultados não são por eles previstos.

Neste âmbito, a história construída pelas actividades intencionais dos indivíduos, o comportamento, a maneira de agir, de ser, estar dos alunos dentro da ESJM, qual que seja sua atitude em relação as regras, normas e valores institucionais, esta tem um carácter significativo para seus actores.

Segundo Giddens (2003) estrutura é um conjunto de regras que são inerentemente, transformacionais, processuais e de recursos utilizados na reprodução social. Esta visão remete a análise social, às propriedades de estruturação que permitem práticas sociais semelhantes e que por sua vez são recorrentes no tempo e espaço determinado. A estrutura seria como apenas uma ordem virtual, onde os sistemas sociais, que compreendem as actividades dos agentes humanos, não possuem estruturas mas, propriedades estruturais que por sua vez, são o que há de mais estável e permanente nas sociedades por meio de princípios estruturais, sendo que a estrutura é simultaneamente restritiva e facilitadora, não externa aos indivíduos (Giddens, 2003:35).

Com base nesta teoria, a acção social se caracteriza por meio de três atributos: racionalidade, reflexividade e intenção. A acção social se caracteriza por ser uma acção que os indivíduos desenvolvem com uma certa racionalidade e intenção, porém, no seu desenvolvimento os indivíduos não agem como robots ou átomos, conduzidos pelas leis, normas e regras estruturais mas sim, há presença de uma reflexividade, onde os indivíduos não só agem de acordo com essas normas mas, fazem um exame de consciência e moldam as acções a sua maneira de perceber essa realidade.

Por fim, a intencionalidade, defende que embora a acção seja direccionada por um objectivo, há elementos da intencionalidade que acontecem de forma indirecta ou não pré-meditada. Nessa óptica a dinâmica da interacção social pode acontecer de dois modos, sendo por um lado, face a face, situações de co-presença, e por outro lado de forma sistémica que diz respeito às relações recíprocas entre agentes que estão fisicamente ausentes.

A partir da ideia subjacente nesta perspectiva teórica, pode se considerar o comportamento dos alunos dentro da escola, como uma acção social, cujos alunos desencadeiam com racionalidade e intencionalidade, contudo para fins concretos, com base em valores específicos e significativos. A reacção dos alunos perante as regras, normas e valores da ESJM, não deve ser percebida como uma acção irracional, sem fundamento. Qualquer tentativa de perceber a acção dos alunos ou o seu comportamento com essa visão, não passaria de uma visão cega, que ignora um fenómeno social a vista.

4.1. Conceptualização

Regras

Segundo Lévi-Strauss (2003), as regras constituem um conjunto complexo de crenças, costumes, estipulações e instituições de carácter universal, com um carácter particular de um grupo para com o outro e, com um carácter de obrigatoriedade. Enquanto que para DaMatta (1991) as regras são normas que permitem o relacionamento dos indivíduos entre si e o grupo com o ambiente envolvente; elas formam a cultura. Nesta perspectiva, pode se considerar como regras sociais, no caso da ESJM, as disposições legais através das quais, os alunos e a comunidade escolar se orientam, incluindo os seus estatutos regulamentares para o funcionamento da instituição, sendo obrigatório o seu cumprimento para salvaguardar a unidade da organização da instituição.

Reflexividade

A reflexividade é um conceito operatório que reflecte a capacidade activa e reactiva dos indivíduos diante de várias situações sociais. Segundo Giddens (2003), a reflexividade remete a capacidade dos indivíduos serem sujeitos e objectos da sua própria vida, a capacidade de articular os valores, normas estruturas com os seus interesses pessoais ou subjectivos, a conjugação de aspectos estruturais e individuais. Esta percepção é corroborada por Vogler (1977), segundo o qual, a cultura, as normas, os valores não tem que ser retidas para vida toda, pelo contrário, eles podem ser modificados ou abandonados de acordo com o desejo do indivíduo.

Neste âmbito espera-se que os alunos desta escola se comportem tal como mandam as regras da instituição e não desta ou daquela maneira como resultado da socialização

primária ou secundária. Pelo contrário, a reflexividade permite aos alunos quebrarem com essas regras e as expectativas da estrutura social em relação ao seu comportamento social no seio da família e na sociedade em geral e criar novas regras que se adequam ou satisfaçam os seus interesses, sem no entanto deixar de valorizar as regras, as normas e valores que melhor correspondem as suas expectativas.

A partir deste conceito, pode se dizer que os projectos de socialização traçados pela escola, incluindo as regras estabelecidas por esta, para sua organização e funcionamento, todos esses elementos não se apresentam como um dado que se impõe de forma absoluta para os alunos cumprirem de forma cega. Com esta visão, é possível perceber que os alunos com base na sua capacidade reflexiva e seu desejo, podem quebrar com as regras e as expectativas desta instituição.

Socialização

Segundo Boudon (1990), a socialização consiste num processo de transformação de um indivíduo de um ser associal num ser social inculcando-lhe modos de pensar, de sentir e de agir. A socialização visa tornar estáveis as disposições do comportamento dos indivíduos em instituições ou grupos sociais, através da interiorização das normas, valores e as regras sociais destes. Porém, para Dubar (1997) a socialização remete a um processo de incorporação duradoura das formas de sentir, pensar e agir do grupo de origem, da sua visão do mundo e da relação com o futuro. É no processo de socialização que os indivíduos interiorizam valores, normas, regras, disposição que o tornam um ser socialmente identificável.

De ponto de vista antropológico, a ideia de socialização está ligada ao conceito de enculturação, que designa um processo interpessoal que implica a interacção entre indivíduos ou grupos. Este processo não se faz de uma pessoa a outra, onde o outro é um mero receptor mas, se processa de forma recíproca. Bishop (1999:160),

Nessa perspectiva, a escola enquanto uma instituição social de segunda instância, também tem a missão de promover e socializar os indivíduos para sua integração na sociedade. Neste sentido, vai se considerar todo processo de ensino e aprendizagem dentro da Escola Secundária Josina Machel, como um processo de socialização ou enculturação, que tem por finalidade transmitir regras, valores e normas standardizados neste, meio para contribuir na integração social dos seus alunos. Contudo, é importante

perceber, que neste processo, não só os professores, a direcção da escola e encarregados de educação tem a missão activa, como também há que reconhecer o papel activo dos alunos em interacção.

Cultura

Na perspectiva de Siliya (1996), a cultura é a expressão do desenvolvimento humano, correspondendo a sua essência e a natureza deste, tudo o que caracteriza o homem, são suas actividades e o resultado destas no seu meio social. Se para este autor a cultura é uma expressão de desenvolvimento humano e ao mesmo tempo a sua essência e sua natureza, para Lopes (2004), a cultura engloba todo nosso modo de vida, nossa ética, nossas instituições, nossas maneiras e rotinas, interpretando o nosso mundo e dando-lhe forma. Isto quer dizer que a cultura, no meu entender, é uma maneira de estar, de sentir, de viver e conviver, de agir e interagir entre grupos sociais. Outras abordagens visam Por um lado, que a cultura é um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade e assume um valor de património, uma herança tradicional com uma estrutura coordenada e sistematicamente integrado que caracteriza os indivíduos e a sociedade, dando sentido a sua vida (Taylor citado por Martinéz, 2001:36; DaMatta, 1991). Por outro lado, cultura é um fenómeno social que abrange todos sectores da vida social e assume forma de sociedade (Bernardi, 1978). No contexto da educação, Morgado (2004), considera cultura escolar como a estrutura de uma escola que integra de forma relativa a um tipo de cultura. Morgado procura enfatizar a ideia de que, uma escola, como qualquer instituição social, tem uma certa cultura, inerente ao seu processo de organização a uma vida própria.

A partir desta visão, pode se considerar que o comportamento social dos adolescentes e jovens, alunos da Escola Secundária Josina Machel, com as regras, normas e valores do funcionamento desta instituição, constituem no seu todo um complexo cultural, uma forma de cultura deste meio. Toda organização social, regras, valores, normas que concorrem para o funcionamento da escola, constituem no meu entendimento, uma forma de expressão cultural, que se identifica e se distingue das outras escolas como tal.

Capítulo V: Apresentação dos dados empíricos e discussão

5.1. Percepções e representações sociais dos alunos face às normas e regras da Escola Secundária Josina Machel

No presente capítulo interessa-me descrever, analisar e interpretar os resultados das entrevistas. O objectivo é analisar o comportamento dos alunos da escola em referência, face as normas, regras e valores estabelecidos internamente. Nesta sessão a preocupação é responder as seguintes perguntas; O que os alunos entendem por regras escolares? Como eles interpretam as regras da Escola Secundária Josina Machel? Quais são as tendências do comportamento destes alunos em relação as normas e regras desta escola? Com estas perguntas pretendo compreender a dinâmica das relações sociais que se estabelecem entre os membros desta comunidade estudantil.

Para compreender as relações sociais entre grupo ou a dinâmica do grupo em cada contexto, um dos aspectos que se reveste de grande importância no processo de análise desta situação são as representações sociais dos grupos sociais do contexto em estudo.

Segundo Valá (1997), cada grupo social constrói no seu contexto específico, um conjunto de sistemas de pensamento complexos sobre a realidade que lhe envolve. É por esta razão que o autor alerta a importância de analisar as percepções e representações sociais dos grupos para compreender melhor o seu comportamento no contexto específico.

Nesta perspectiva, a análise das percepções e representações sociais dos alunos da ESJM sobre as regras desta instituição, constitui-se um aspecto de suma importância para compreender o comportamento destes em relação as regras desta escola. Por outro lado, constituem um aspecto de grande importância pois nos permite perceber e compreender as relações sociais que se estabelecem no seio daquela instituição entre o grupo dos alunos, a direcção e os professores da escola.

Segundo o mesmo autor, as representações sociais desempenham um papel importante nas interacções entre grupos. A partir desta análise, o autor vai mais longe defendendo a ideia de que, os membros de um grupo constroem e partilham não somente representações sociais sobre os atributos e traços de personalidade que definem os membros do seu grupo e de outros grupos, mas também constroem e partilham

representações sociais sobre objectos que muitas vezes estão ligados a realidade que lhes une e que se expressam muitas pelos valores que são do grupo em geral.

Neste âmbito, o objecto de análise deste capítulo são as representações sociais que os alunos da ESJM, enquanto grupo social específico criam sobre o mesmo objecto que se circunscreve no mesmo espaço social, as regras da escola.

Segundo (Minayo, 1994 e Moscovi, 1978 citados por Araújo, 2008), as representações sociais referem-se às imagens construídas sobre uma determinada realidade. Elas resultam da relação entre indivíduos em seu grupo no tempo e espaço determinados. O autor salienta que elas têm um carácter dinâmico e relacional à trajectória ou a história de vida de cada grupo que as criou, visto que resultam de um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução e tem a ver também com factores internos e externos ao campo de sua actuação. O autor defendendo a ideia de que, a acção dos indivíduos enquanto membros de um grupo sofre uma certa influência das representações sociais que este tem sobre a realidade envolvente.

A partir desta perspectiva, quando falo das percepções e representações sociais dos alunos face as regras, normas e valores da ESJM, pretende se referir ao conjunto de crenças, crenças e costumes, uma certa visão que os alunos têm sobre as regras impostas pelo regulamento para o funcionamento desta escola. Ou seja, refere se as representações sociais dos alunos, a maneira como estes encaram ou concebem as diferentes normas plasmadas no regulamento para o funcionamento da ESJM, a maneira como estes se comportam em função destas regras.

Das entrevistas efectuadas, os resultados mostram que os alunos têm uma capacidade reflexiva nas suas acções. Acima de tudo, estes têm uma certa noção sobre as regras escolares. E esta noção está ligada a experiência de vida de cada aluno ao longo do seu percurso de vida na escola. As percepções que os alunos têm sobre as regras escolares estão ligadas ao conhecimento que estes têm desta realidade.

Dos 27 alunos entrevistados, 25 têm uma ideia clara sobre as regras escolares. Para estes, as regras escolares são normas que constam no regulamento da escola e devem ser cumpridas por todos, seja por alunos, professores, a direcção e outros membros da comunidade escolar, tais como segurança, contínuos e serventes. Os alunos reconhecem que as regras escolares tem como função garantir a organização geral da escola e

contribuir na formação dos alunos. De salientar que alguns dos alunos têm a consciência de que as regras são de carácter obrigatório que todos devem cumprí-las, outros julgam que não são obrigatórias. Vejamos o que os alunos entendem sobre regras:

“...Entendo como regras escolares, as normas que a direcção adopta para manter a organização no geral. São extensivas para os professores e os restantes funcionários da escola. São uma forma de disciplinar os alunos.”¹

“... As regras escolares são normas elaboradas pela direcção da escola para serem cumpridas pelos alunos, professores e funcionários em serviço na escola.”²

“... Regras escolares são aquelas que vem no regulamento da escola que devem ser seguidas pelos alunos, professores e os demais funcionários da escola.”³

“... Entendo como regras escolares, os deveres escolares que todos devem cumprir, sejam alunos, assim como professores.”⁴

“... Entendo por regras escolares, deveres que devem ser cumpridos pelos alunos e qualquer órgão da escola.”⁵

“... Regras escolares são tipo de normas que os alunos devem cumprir e não por obrigação.”⁶

¹ Entrevista nº1 realizada no dia 29 de Agosto de 2011

² Entrevista nº3 *ibidem*

³ Entrevista nº5 realizada no dia 30 de Agosto de 2011

⁴ Entrevista nº7 realizada no dia 21 de Agosto de 2011

⁵ Entrevista nº8 *ibidem*

⁶ Entrevista nº10 realizada no dia 1 de Setembro de 2011

“... Regras escolares são normas que visam manter a ordem, tranquilidade e segurança no recinto escolar.”⁷

Alguns alunos afirmam não saber mais o que é uma regra escolar porque a maioria dos professores, a direcção e seguranças não cumprem tudo o que está previsto no regulamento, como testemunha o depoimento abaixo:

“... Alguns professores não dão bem as aulas, faltam muitas vezes, outros cobram dinheiro aos alunos para dispensar, alguns assediam os alunos e lhes levam a cama para lhes dispensar de classe, a directora da escola não tem bons modos de falar com os alunos.”

“... Olhando para aquilo que são os professores e a directora da escola, já não sei o que são regras. A directora sempre convoca reuniões com professores na hora que devíamos ter aulas, alguns professores falta e atrasam e nós, ficamos dispersos sem fazer nada. Os professores tratam a nós e aos nossos encarregados como crianças.”⁸

“... Sobre regras não tenho muito a dizer porque os professores nos maltratam por sermos crianças.”⁹

“... Eu não sei o que são regras escolares só sei que existe um regulamento cheio de proibições. Vou aproveitar a oportunidade para lhe falar daquilo que acontece aqui na escola a começar pela directora, ela é racista. Quando é um mulato que aparece com um corte de crista não lhe manda acertar o corte mas, quando é um negro como eu, manda acertar o corte

⁷ Entrevista nº 11 realizada no dia 1 de Setembro de 2011

⁸ Entrevista nº 17 realizada no dia 2 de Setembro de 2011

⁹ Entrevista nº 18 *ibidem*

de cabelo. Um dia desses, no portão principal, ela sem modos agarrou um menino no braço com força, e disse: você não entra aqui, vestido desta forma. Ela puxou o menino para saída. Eu fiquei chocado.”¹⁰

Com base nos depoimentos, pode se evidenciar a existência de três esferas de sentimento:

Na primeira esfera encontra-se o reconhecimento e sentimento comum sobre a importância das regras escolares; esta consciência colectiva, uma condição essencial para ordem social;

Na segunda esfera, há um reconhecimento comum de que estas regras não são cumpridas pela maioria dos intervenientes da comunidade escolar, nomeadamente: a direcção da escola, professores, seguranças e alunos.

Na terceira esfera, a maioria dos alunos consideram que há regras exageradas porque não se adequam a realidade dos alunos, sobretudo as crianças. Por exemplo: exigir que as alunas se apresentem de saia justa que vai até abaixo do joelho; obrigar-lhes a ficar na sala de aulas durante quarenta e cinco minutos, mesmo com a ausência do professor; proibir o jogo de baralho de cartas durante os tempos livres; proibir pintar ou oxigenar o cabelo tanto as meninas assim como os rapazes; fazer penteados exagerados; sapatos com saltos altos; atadores de cores diferentes e a proibição do uso do telemóvel na escola, tal como consta nos depoimentos:

“... Acho que a direcção exige muito dos alunos mas, ela nada faz para combater a corrupção por parte de alguns professores.”¹¹

“... Alguns professores não são um bom exemplo a seguir pois, faltam muito principalmente depois das férias. É normal na primeira semana de aulas não

¹⁰ Entrevista nº19 Realizada no dia 12 de Setembro de 2011

¹¹ Entrevista n 14 e 12- realizada no dia 4 de Setembro de 2011

aparecer nenhum professor de segunda a sexta. Será que a direcção não tem conhecimento disso?”¹²

Ver alguns depoimentos:

“... Quando tomei conhecimento das regras tive um sentimento estranho, pareceu-me uma revolta. Por exemplo se não tiver aulas pela ausência do professor sou obrigado a permanecer na sala de aulas durante 45 minutos. Acho isso complicado embora, por lado as regras sejam boas mas, por outro lado não facilitam a vida do aluno dentro da escola. Repara que não podemos circular pelos corredores quando um professor falta. A orientação é de permanecer na sala minutos sem aulas. Eu acho isso absurdo, sem sentido, porque se todos ficamos na sala sem ter aulas fazemos barulho e perturbamos os outros em aulas nas salas vizinhas.”¹³

“... Eu conheço as regras da escola mas não sigo todas, acho algumas regras absurdas. A direcção quer saias justas e compridas e não saias com pregas eu nunca vou usar uma saia justa porque sou apenas uma menina e não uma senhora. As calças devem ser largas e não justas, isso também é um exagero, há coisas que exigem e que na minha opinião não fazem sentido para a nossa idade. Eu uso bermudas porque gosto mas, não são aceite pela escola mas, uso mesmo assim porque nenhum professor me manda sair da sala, sempre assisto aulas mesmo de bermudas.”¹⁴

Como pode se constatar, na sua maioria, embora reconheçam que as regras constituem normas que contribuem para a formação dos alunos e o bom funcionamento da escola,

¹² Entrevista n 15 realizada no dia 4 de Setembro de 2011

¹³ Entrevista n 1 realizada no dia 29 de Agosto de 2011

¹⁴ Entrevista n 15 e 12 realizada no dia 4 de Setembro de 2011

este reconhecimento é deturpado por representações sociais que estes observam em certos comportamentos e atitudes de professores e da direcção da escola, atitudes estas que não transmitem um bom exemplo a ser seguido pelos alunos. Estas atitudes manifestam-se na falta de professor, na forma de comunicação dos professores e da directora para com os alunos, bem como nas cobranças ilícitas aos alunos por parte dos professores em troca de passagem de classe.

5.2. Comportamento dos alunos face às normas da Escola Secundária Josina Machel

Segundo o depoimento do director pedagógico, afirma que são poucos os alunos que se comportam de acordo com as normas plasmadas no regulamento. Acrescenta de forma lamentável que na sua maioria, os alunos se comportam mal pois, desobedecem e ignoram as orientações escolares. Avança no seu depoimento que, os alunos da 8ª classe têm uma certa obediência apesar da emoção, agitação e barulho que se observa no princípio do ano lectivo. Porém, não diz o mesmo dos alunos da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª classes. Afirma que estes alunos têm um comportamento de desacato, sabotagem e distúrbios. Segundo ele, os alunos da 9ª e 12ª classes organizam-se em redes para cometer actos de indisciplina em grandes proporções. Um dado muito importante que ele avançou é de que na sua maioria muitos dos alunos que frequentam nesta escola, não vivem com seus pais, mas sim, com avós, tios, irmãos e primos. Facto que na sua opinião pode influenciar no comportamento das crianças noutras esferas sociais.

Ver o depoimento:

“... As crianças desta escola têm um “espírito” destruidor, maledicência, entre outros comportamentos maus. O caso do comportamento dos alunos aqui na Josina é tão grave que eles até formam redes de bandidos para entrarem e identificar suas vítimas que na saída são assaltadas.”¹⁵

¹⁵ Entrevista com Director pedagógico no dia 8 de Setembro de 2011

Porém, o depoimento do director é sustentado pelos depoimentos dos outros dois professores, embora o primeiro não frise o comportamento desviante dos alunos, apenas deixa aberta a ideia de que, o comportamento dos alunos varia de acordo com a idade. Um dos professores entrevistados, sustenta a ideia de que, os alunos têm se comportado de acordo com as normas e regras da escola nos primeiros dias de aulas mas, apenas os novos ingressos na 8ª classe mas, depois de se integrarem, estes mudam a forma de se comportar. Ver o seguinte depoimento:

“... O comportamento dos alunos é relativo mas, espera se que todo aluno se comporte em conformidade com as regras escolares. Na minha opinião em geral não vejo nenhuma reacção extraordinária nos alunos.”¹⁶

“... O comportamento dos alunos é relativo, depende da idade e nível sócio cultural. A reacção dos alunos tem sido boa apenas nos primeiros dias de aulas mas, depois disso mudam do comportamento. Eu particularmente não consigo perceber o porque desta mudança. Na minha opinião uma das coisas que influencia negativamente no comportamento dos alunos aqui na Josina é as drogas e o ‘álcool.’”¹⁷

Como pode se observar, a ideia de que os alunos da 8ª classe se comportam de acordo com as regras escolares, directa ou indirectamente esta patente nos depoimentos, não só dos professores, mas também dos próprios alunos da 8ª classe. Tal como os professores, os alunos apontam a presença das barracas e do mercado de museu em frente da escola, como um dos aspectos que contribui para o comportamento desviante e influencia os alunos a desobedecerem e ter comportamento à margem das regras impostas no regulamento escolar.

A partir desta análise, constata se que, todas as formas de comportamento que os alunos apresentam no seio da escola, têm uma relação com a forma como estes concebem as

¹⁶ Entrevista do professor 1 realizada no dia 29 de Agosto de 2011

¹⁷ Entrevista do professor 2 realizada no dia 4 de Setembro de 2011

normas, as regras da escola, bem como a forma como estabelecem as relações com outros indivíduos ou grupos sociais dentro da escola. Este comportamento de desacato às normas é influenciado no meu entender pelas percepções e representações sociais que resultam da relação que se estabelece entre os alunos e a direcção da escola e entre alunos e os professores.

5.3. O papel da escola na continuidade de transmissão das normas regras e valores para integração social dos alunos

Se a educação constitui uma via de conquista de direitos sociais, então a escola constitui em si, um espaço social que contribui ou concorre para a formação do homem do amanhã, tal como afirmam alguns alunos. Ver depoimentos:

“... Para mim a escola faz parte da educação e forma o homem do amanhã.”¹⁸

“... Na minha opinião a educação parte de casa, as boas maneiras, a forma de se apresentar aprendemos nas nossas casas com os nossos pais. A escola apenas dá continuidade tendo em conta que ela é um agente que forma o homem do amanhã.”¹⁹

“... A ESJM devia ser um exemplo para outras escolas.”²⁰

“... A escola tem a obrigação de formar o homem do amanhã.”²¹

“... A escola devia nos orientar de modo a sermos bons alunos e não bêbados e drogados.”²²

“... A escola é um local para se aprender e cumprir deveres.”²³

¹⁸ Entrevista 2 realizada no dia 4 de Setembro de 2011

¹⁹ Entrevista 3 realizada no dia 29 de Agosto de 2011

²⁰ Entrevista 5 realizada no dia 30 de Agosto de 2011

²¹ Entrevista 10 realizada no dia 1 de Setembro de 2011

²² Entrevista 19 *ibidem*

Se, se observar, todos alunos reconhecem o papel da escola, como um veículo de transmissão de valores, de educação, da formação do homem do amanhã. A escola constitui um local, onde os alunos vão aprender, não só conhecimentos no geral para se formar e para se integrar na sociedade do ponto de vista profissional, mas também, reserva-se à escola um papel de educar, formar o homem do amanhã. Diante destas circunstâncias, são várias expectativas que se esperam sobre o comportamento dos alunos e da comunidade escolar em relação as regras, normas e valores da escola. As regras estabelecidas na ESJM, ainda que certos professores, alunos e a direção da escola não cumpram mas, têm uma função social, que é garantir a ordem e organização social.

²³ Entrevista do professor n 2 realizada no dia 4 de Setembro de 2011

5.4. Discussão

Giddens (2003), na sua teoria de estruturação, defende a ideia de que, os indivíduos na sua acção ou actuação, não agem de forma mecânica sob influência da estrutura social, pois são dotados de capacidades reflexivas. Estes adoptam estratégias de actuação para interagir de forma significativa tendo em consideração as suas vontades. Contudo (Loforte, 2000) enfatiza a ideia de que a má administração e má governação podem provocar reacções dos dependentes. Para Loforte, a aceitação ou consentimento não constitui uma obediência cega mas sim, pressupõe a legitimidade do poder. Entendendo aqui legitimidade como a força sobre a qual o poder se apoia, podendo ser a tradição, o carisma, isto é, as qualidades do chefe, bem como as normas instituídas do ponto de vista burocrático (Revière, 2008).

Contudo, Carvalho (1992), na perspectiva sobre a educação como um projecto Antropológico, defende que a educação constitui uma relação contratual entre os protagonistas do processo educativo, onde estes assumem conscientemente o compromisso e responsabilidade que implica a avaliação dos objectivos e meios considerados. Segundo este autor, esta relação contratual estabelece os papéis dos sujeitos, as necessidades dos educandos e o princípio de regulação do processo pelo saber objectivo e do aluno. O autor acrescenta que, os sujeitos da educação não estabelecem nenhuma relação de subordinação, nem de mera justaposição, mas sim, ambos vivem uma relação constitutiva, num compromisso recíproco que impõe obrigações mútuas, os limites e os sentidos da liberdade de cada um.

Os alunos da ESJM estão conscientes da importância das regras escolares mas, afirmam que certas regras impostas no regulamento não vão ao encontro com as suas vontades e desejos. Isto revela a capacidade reflexiva que os alunos tem, no sentido de que, as pessoas não agem de forma mecânica em resposta as normas e regras sociais impostas pela sociedade ou pelas instituições sociais, estas, adoptam um comportamento crítico dos valores, normas estabelecidas pela sociedade ou do contexto em que se encontram inseridas e procuram formas e alternativas do comportamento para fazer face a situação em causa.

Uma análise não muito diferente encontra-se na abordagem de (Foucault, 1979) sobre a microfísica do Poder. Na obra de Foucault, o autor defende que, o que faz com que o

poder se mantenha e que seja aceite não é só o seu peso como uma força que diz não mas, porque de facto, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. A ideia aqui subjacente reside no fundamento de que o poder não é propriedade absoluta de ninguém mas, daquele que tem conhecimento a verdade. Neste processo, os alunos não agem de forma cega para seguir ou cumprir as regras sociais impostas pela escola, enquanto uma instituição social mas, reagem tendo em consideração ou fazem cálculos dos custos e benefícios da sua acção. Os dados da pesquisa indicam que eles têm plena consciência da importância e do valor simbólico dessas normas. Neste âmbito, pressupõe-se que comportamento desviante dos professores reduz a ênfase que as normas instituídas possuem e por sua vez reduzem o seu poder de comando, perdendo desta forma a legitimidade de educadores.

Esta visão é corroborada por Gonçalves (2011) na sua abordagem sobre Educação, modernidade e crise ética em Moçambique. Segundo este autor, dentre os aspectos que envolvem o ensino, o físico, o intelectual, o moral, religioso, o social, o estético e o cívico, a luz do quadro legislativo, fica claro que, o estado Moçambique interessa-se apenas pelo intelectual, de tal forma que este se centra mais na instrução, reduzindo a educação à instrução e relegando para os terceiros os restantes aspectos. Na perspectiva deste autor, em Moçambique há um descompromisso ético na formação do homem em respeito aos direitos humanos. Esta situação evidencia-se também no contexto da educação, revelando uma crise de ética neste sector. Como exemplo disso, o autor aponta para os casos de deficit moral que se observa nos jovens professores das escolas secundárias que vendem provas, assediam sexualmente as alunas, assim como os próprios alunos exigem notas aos professores, em troca de alguma coisa para a sua passagem de classe.

A partir desta análise percebe-se que na opinião dos alunos, as regras da ESJM, embora sejam reconhecidas como tendo função social específica na vida dos alunos e da escola em geral, estas sofrem uma subvalorização por parte da comunidade escolar, desde alunos, professores e a direcção da escola, esta situação é constatada por Ngoenha (2000). Contudo, é importante salientar que esta situação não deve ser encarada como novidade. É preciso reconhecer o carácter híbrido da cultura moçambicana e dar espaço a manifestação dessa diversidade cultural, num processo de interacção onde os alunos, os professores, juntos com todos agentes do processo de educação, desempenham um papel activo neste processo. Neste estudo entendo que as regras escolares não são

aquelas que somente estão plasmadas no regulamento, há certas regras que a direcção da escola definiu em função da situação. Entendo também que os alunos acham certas regras exageradas porque não vão ao encontro de certos valores da sua geração. Por exemplo: o uso obrigatório de saias justas até ao joelho, cabelos pintando e sapatos altos.

O facto do comportamento dos alunos não reflectir os valores, normas e regras da escola porque no seu processo da interacção não agem de acordo com as normas e regras plasmadas no regulamento desta instituição. A sua maneira de vestir e de agir entra em conflito com a maneira de vestir e agir plasmado no regulamento. Esta situação tem gerado conflitos, pois os alunos alegam que as normas, os valores e regras plasmadas nesta instituição são exageradas. Em diferentes depoimentos pude constatar várias reclamações relacionadas a proibição de circulação no passeio durante as aulas: a permanência obrigatória em sala de aula na ausência do professor; não ao uso de saia curta: não ao uso de auriculares, entre outras não que os alunos da escola entendem como normas exageradas.

Para os alunos, como actores e protagonistas da interacção social no seio da escola, podia se abrir um espaço de diálogo para construção ou elaboração de normas democráticas, estratégias que penso que poderá legitimar e fundamentar o direito de cumprimento e reconhecimento por toda comunidade escolar, no regulamento escolar, tendo em conta que a escola tem por finalidade socializar as crianças, adolescentes e jovens, transmitir regras, normas e valores sociais para sua integração social e profissional. É importante não se considerar os alunos como actores passivos, mas como sujeitos activos, que não só apreendem e vivenciam de forma cega as regras, valores e normas, como desempenham o papel fundamental não só na concepção, mas na legitimação do papel socializador da escola.

O estudo do comportamento dos alunos na ESJM como noutras escolas, deve ser aprofundado continuamente porque é nas escolas onde ocorre a formação do homem para o futuro. É importante compreender que o comportamento de um indivíduo não é estático mas, dinâmico e relacional. Tomar os resultados alcançados neste estudo como uma verdade absoluta seria criar e colocar um pano preto sobre a realidade e acreditar que ela é preta. Sendo um processo, toda análise sobre esta constatação deve ter em consideração o carácter dinâmico da realidade.

Considerações Finais

De acordo com os resultados do trabalho do campo, das entrevistas e da observação feita ao longo do estudo, constatei que há uma divergência de opiniões sobre os valores, regras e normas da escola. Enquanto para uns os valores, regras e normas escolares é tudo que consta no regulamento da escola e deve ser cumprido por todos, seja por alunos, professores, a direcção e outros membros da comunidade escolar, tais como segurança, contínuos e serventes. Para outros, a ideia de valores, regras e normas da escola torna-se difusa, pois não sabem mais o que é uma regra ou norma da escola.

Contudo, constatei que em geral, o comportamento dos alunos não reflecte os valores, regras e normas da escola porque no seu processo da interacção não agem de acordo com os valores, regras e normas plasmadas no regulamento da escola. A maneira de vestir e de agir dos alunos é contraditória com a maneira de vestir e agir plasmada no regulamento. Esta situação tem gerado conflitos, pois os alunos alegam que os valores, normas, e as regras plasmadas no regulamento escolar são exagerados. Em diferentes depoimentos pude constatar várias reclamações relacionadas a proibição de circulação no passeio durante as aulas, a permanência obrigatória em sala de aulas na ausência do professor, o não ao uso de saia curta, o não ao uso de auriculares, que os alunos da escola entendem como normas exageradas.

O argumento que os alunos colocam é de que, tudo que está previsto no regulamento, como valor, regra e norma, a maioria dos professores, a direcção e seguranças não cumprem. Os alunos dão exemplos de certos professores que faltam, outros não dão bem as aulas, outros cobram dinheiro aos alunos para lhes dispensar de classe, outros assediam as alunas para uma alusão à prática sexual, a directora da escola não tem bons modos de falar com os alunos, entre outros aspectos que fazem com que alguns alunos não reconheçam os valores, regras e normas instituídas pela escola.

A partir desta constatação, pude perceber que, não só os alunos não cumprem com as regras, como também os professores são responsáveis por esta atitude, visto que não constituem referências morais, éticas como professores e responsáveis pela educação, transmissão de valores, normas e regras de conduta social para os seus educandos.

Os resultados deste estudo ajudam a compreender que o comportamento dos alunos face aos valores, regras e normas dentro da escola não deve ser tido como algo que resulta de uma obrigação moral passiva. As percepções, os valores, regras e normas com significado intersubjectivos e o ambiente social estudantil (comportamento da direcção, dos professores, serventes e seguranças), são variáveis muito importantes para perceber e compreender o comportamento dos alunos dentro da escola face aos valores, regras e normas da escola.

Outro aspecto que é importante a salientar, é que, há uma percepção por parte dos professores, assim como a direcção da escola, de que, é obrigação dos alunos cumprir com os valores, normas e regras impostas pela escola. Se é verdade que os alunos devem cumprir obrigatoriamente com os valores, normas e regras, não é menos verdade que também os professores e a direcção da escola, sem deixar de lado os encarregados de educação, tem o mesmo dever como educadores, de ser exemplares na sua conduta no processo de interacção social no contexto educacional de modo que a escola cumpra com o seu papel socializador e de formação do homem novo e cidadão consciente dos seus deveres e direitos no seio da sociedade.

Estas constatações chamam a responsabilidade dos pais, como encarregados da educação dos alunos, aos fazedores das políticas de educação, sociedade e outros agentes de socialização em geral para uma reflexão mais profunda sobre o projecto da educação que se pretende no contexto actual moderno. Não se pode aceitar que a educação dos filhos esteja somente nas mãos da escola e dos professores apenas. Hoje, mais de que nunca, é necessário rever os cânones, pelos quais a nossa educação em Moçambique esta a se guiar, a começar pela profissionalização do docente, não necessariamente como instrutor mas, como formador, educador social, capaz de preparar o cidadão responsável pelo presente e o futuro do país. Reconhecendo a cultura moçambicana como uma realidade onde convergem o tradicional e o moderno, é importante abrir espaço para uma reflexão crítica sobre como esta deve se guiar neste processo, tendo em consideração a realidade sócio cultural local e global

Contudo, para além dos factores como comportamento dos alunos, professores, direcção da escola, seguranças e serventes face aos valores, regras e normas da escola, há que procurar aprofundar por um lado, estudos deste géneros, sobretudo para analisar a influência do ambiente externo do recinto escolar, como por exemplo a localização do mercado do museu, aprofundar o estudo, por outro lado, centrando-se na análise do perfil social dos alunos, destacando as condições sociais, culturais e económicas da sua família e sua influência na forma de ser, estar e agir dos alunos no seio da escola.

De salientar que o estudo deixa em aberto algumas questões que carecem de uma reflexão profunda para futuras pesquisas na área de educação, tais como: Tendo em conta os debates actuais sobre a educação em Moçambique, o carácter do professor e do aluno será que ainda se pode atribuir a escola a função de socializador secundária?

A questão em alusão surge a propósito de hoje em dia, as crianças começarem a serem inseridas nos ambientes sociais aos dois anos ou menos, nas escolinhas e outros locais onde desenvolvem suas habilidades até atingir a idade escolar. Nestes ambientes também são transmitidos os primeiros ensinamentos às crianças, que acabam socializando nas no ambiente externo à suas famílias.

Outra questão a tomar em consideração é: será que o regulamento escolar se adequa a juventude actual? Não será o tempo de se pensar em criar um regulamento que se adequa ao tempo actual?

É importar questionar sobre que tipo de alunos e professores podemos encontrar nas escolas, hoje, uma vez que torna se um ciclo vicioso os professores, ao em vez de inculcar nas meninas que o relacionamento sexual deve respeitar a idade, eles pelo contrário induzem as meninas a praticar sexo numa idade precoce.

Perante esta situação seria este o momento da actuação da sociedade no geral mas, ao que me parece, infelizmente a sociedade não assume responsabilidades, apenas critica. É preciso que todos os intervenientes desde o sector da educação até a sociedade em geral, actuem de modo a termos escolas, professores e alunos capazes de garantir a estabilidade do país no presente e no futuro pois, para termos um Moçambique melhor

há que trabalhar arduamente no sector da educação para que haja transparência e celeridade, discutir limites e possibilidades de mudanças para uma educação qualitativa.

Referências bibliográficas

Abreu et al.1997. *Abordagens do processo ensino-aprendizagem e o professor*. Brasília: Universidade Católica de Brasília.

André, Marli E.D.A. e Ludke, M. 1986. *Pesquisa em educação. Abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.

Araújo, Marivânia Conceição de 2008. *A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica*. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, Jul. Dez.

Bernardi, Bernardo (1978). *Introdução ao estudo étnoantropológicos*. Lisboa. Edição 70.

Bishop, A. J. 1999. *Enculturación matemática: la educación matemática desde una perspectiva cultural*. Buenos Aires: Paidós.

Bogdan, Robert e Bucklin, Sari 1994. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução e os métodos*. Porto: porto editora.

Boudon, Raymond 1990. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote

Canário, Rui 2005. *“O que é escola? Um olhar sociológico”*. Porto: Porto editora.

Castiano, José P. et al. (2005). *A longa marcha dum “educação para todos” em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.

DaMatta, Roberto 1991. *Relativizando: Uma introdução à antropologia Social*. Rocco. Rio de Janeiro.

De Carvalho, Adalberto Dias (1992). *A Educação como um projecto antropológico*. 2ª Edição, Porto: Edições Afrontamento.

Dubar, Claude 1997. *A Socialização: A construção de identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto editora.

- Fazenda, Ivani 2008. *Metodologia de pesquisa Educacional*. 11 Ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Foucault, M. 1979. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Geertz, Clifford, 1978. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores
- Giddens, Anthony 2003. *A constituição da Sociedade*. 2ª Edição, São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Gonçalves, António Cipriano P. (2011). *Educação, modernidade e crise ética em Moçambique*. Maputo: Dondza edições
- González, Pedro Francisco 2002. *O mundo da escola moderna. Um percurso cooperativo na construção da profissão docente e no desenvolvimento da pedagogia escolar*. Porto: porto editora
- Gonzaga de Melo, Luiz 2009. *Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: editora vozes.
- Lévi-Strauss, Claud 2003. *As estruturas elementares do Parentesco*. 3ª Ed. Petrópolis: Edições Vozes.
- Loforte, A. M. 2000. Da desigualdade à diferença, do singular ao plural, in: género e poder: entre tsongas de Moçambique. Maputo: Promédia
- Lopes, José de S. M. 2004. *Cultura Acústica e Letramento em Moçambique: Em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: Educ.
- Martinez, Lerma, F. 2001. *Antropologia Cultural. Guia para estudo*. Matola, ed.3.
- Mazula, Brazão (c1995). *Educação, Cultural e Ideologia em Moçambique, 1975 – 1985: em busca de fundamentos antropológicos*. Porto: Afrontamentos;
- Morgado, José 2004. *Qualidade na educação: um desafio para os professores*. 1ª Ed. Lisboa: editorial presença.
- Mosse. M e Cortez. E. 2006. *A pequena Corrupção no Sector da Educação em Moçambique*. Documento de Discussão nº 2. Edição CIP.

Ngoenha, Severino E. (2000). *Estatuto e axiologia de educação em Moçambique: o paradigmático questionamento da missão suíça*. Maputo: Livraria Universitária da UEM.

Patrício, Manuel Ferreira 1997. *A escola, cultura e os valores*. Porto: Porto editora,

Ribeiro, Marlene 2002. *Educação para cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais*. In: *Educação e Pesquisa*. Universidade de São Paulo, São Paulo

Rivière, Claude 2008. *Introdução à Antropologia*. Lisboa: ed. 70.

Siliya, Carlos J. 1996. *Ensaio Sobre a Cultura em Moçambique*, Maputo.

Thurler, Monica Gather e Perrenoud, Philippe 1994. *A escola e a mudança: contributos sociológicos*. Lisboa: escolar editora;

Valá, Jorge 1997. *Representações sociais e percepções inter-grupais* in: *Análise Social*, vol. Xxxii (140) (1.º).

Vogler, Gadamer 1977. *Antropologia Biológica II: O homem em sua Existência Biológica, Social e Cultural*. 2 Volume, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo.

Anexos

Anexos 1: Guião das entrevistas

Entrevistas Semi-estruturadas aos estudantes, professores e a Direcção da escola.

Dados do entrevistador:

Nome

Nível académico

Dados do entrevistado:

Nome fictício

Idade

Sexo

Nível académico

1. Percepções sociais dos alunos face as regras escolares

- a) O que entende por regras escolares?
- b) Quando entrou nesta escola, foi lhe dito quais são as regras que devia cumprir?
Se sim, pode me dizer algumas regras que lhe foram transmitidas logo ao entrar nesta escola?
- c) Estas regras que acabou de mencionar foram difíceis ou fáceis para assimilar? Se sim, ou não, diga Porquê?
- d) Como se sentiu ao receber essas regras? Qual é a sua opinião sobre essas regras?
Acha que facilitam ou dificultam a sua vida dentro da escola?
- e) Acha que se comporta de acordo com as regras impostas pela escola? Se não, porquê?

- f) Que estratégia adopta para fazer face as regras que não vão ao encontro com sua vontade?
- g) Acha que existe alguma coisa em volta da escola que pode influenciar positiva ou negativamente no comportamento dos alunos?

2. Percepções dos professores face ao comportamento dos alunos na escola

Dados do entrevistado

Nome fictício

Nível académico

Disciplina a que lecciona

- a) O que pode me dizer sobre o comportamento dos alunos da 8ª e da 12ª classes? Na sua opinião, entre esses alunos, quais os que se comportam de acordo com as regras da escola e os que não o fazem?
- b) Quando os alunos entram pela primeira vez nesta escola, na 8ª classe, que trabalho é feito para transmitir-lhes as regras da escola? Como é feito esse trabalho? E quem o faz?
- c) Qual é a reacção dos alunos da 8ª e da 12ª face as regras impostas pela escola?
- d) Como cada grupo se comporta face as regras impostas pela escola?
- e) Quais as medidas correctivas que o professor deve tomar perante os alunos que não cumprem com as regras da escola?
- f) Na sua opinião acha que essas medidas ajudam a ultrapassar o incumprimento das regras?
- g) Acha que existe alguma coisa em volta da escola que pode influenciar positiva ou negativamente no comportamento dos alunos?

3. Percepções da Direcção da Escola face ao comportamento dos alunos na escola

Dados do entrevistador

Nome

Nível académico

Dados do entrevistado

Nome

Cargo

- a) Tendo em conta que a escola é um dos agentes de socialização dos indivíduos, acha que a ESJM tem dado continuidade na transmissão de valores para a integração social dos alunos?
- b) Quais são as dificuldades que a Direcção da escola enfrenta neste processo?
- c) Que medidas toma para ultrapassar as dificuldades? Tem algum apoio da MINED?
- d) Pode me descrever o comportamento dos alunos da 8^a e 12^a classes, face as regras da escola?
- e) Em caso de incumprimento das regras por parte dos alunos que medidas correctivas a direcção da escola toma?
- f) A Direcção tem comunicado aos encarregados de educação sobre o comportamento dos alunos?
- g) Pode me falar do papel da escola no âmbito da sensibilização contínua dos alunos face as normas, regras e valores?

h) Acha que existe alguma coisa em volta da escola que pode influenciar positiva ou negativamente no comportamento dos alunos?



Imagem 2: Vista frontal



Imagem 3: vista lateral



Escola Secundária Josina Machel

REGULAMENTO INTERNO
(SECÇÃO DO ALUNOS)

Maputo, 2011

A direcção pedagógica

8. Ser apoiado em situações de necessidades;

Artigo nº37 (Prescrições)

Com o único fim de contribuir para o exercício disciplinado da docência, não é permitido ao professor:

1. Alterar os horários das turmas sem o consentimento da Direcção Pedagógica;
2. Suspende ou expulsar os alunos
3. Dar "borlas" aos alunos
4. Facultar aos alunos qualquer prova ou exame antes da sua realização;
5. Ler ou corrigir provas no recurso de uma prova de exame.
6. Fumar fora da sala dos professores;
7. Consumir bebidas alcoólicas no recinto escolar e suas imediações,
8. Apresentar-se no recinto escolar no período lectivo, sob efeitos de álcool;
9. Mascar pastilhas na sala de aulas,
10. Rasurar o livro da turma, o mapa de avaliação, a pauta ou outro documento de trabalho;
11. Dificultar o funcionamento normal dos sectores 8 por atraso de fornecimento de informação solicitada num determinado prazo;
12. Entrada no recinto escolar de calções e chinelos
13. Aplicar castigos corporais aos alunos

Artigo nº38 (Sanções)

As violações ao disposto nesta secção do regulamento são sancionadas em conformidade com o previsto no EGFAE e no estatuto do Professor.

Dos alunos Artigo nº39 Definição

É designado **aluno** àquele indivíduo que esteja regularmente matriculado num estabelecimento de ensino, num determinado ano lectivo, e cujo nome consta de uma das listas das turmas, com classe e número de ordem bem identificado.

Artigo nº40 Direitos e Privilégios

O aluno tem direito a um tratamento digno à sua condição:

- a) Receber aulas correspondentes à classe a que frequenta, isto é, segundo o Plano curricular estabelecido pelas autoridades da Educação no País;
- b) Receber aulas em ambiente propício para o efeito e com todos os meios materiais e didácticos possíveis;

- c) Ser avaliado regulamente, conforme o estabelecido pelo Regulamento de Avaliação;
- d) Receber uma certidão ao concluir o ciclo de ensino;
- e) Ter acesso aos serviços disponíveis na escola: administração, biblioteca, laboratórios, ginásios, sector pedagógico, cantina, entre outros, nas horas em que estes estiverem em funcionamento;
- f) Possuir meios de identificação padronizados pela escola: uniforme, cartão de estudante e outros;
- g) Eleger colegas e ser eleito para cargos de chefia á nível da turma e da escola, em casos de associação de estudantes ou círculos de interesse;
- h) Ser informado do seu desempenho pedagógico e comportamento;
- i) Participar dos eventos realizados na escola e pela escola, ou noutros fora da escola desde que coordenados com a direcção da escola;
- j) Reclamar eventuais violações aos regulamentos vigentes;
- k) Recorrer das penas disciplinares a que for aplicado;
- l) Ser distinguido em caso de empenho e dedicação notáveis por entre os colegas, seja nos estudos ou actividades extracurriculares;
- m) Gozar de férias conforme o calendário escolar.

Artigo n°41
Deveres e Obrigações

- a) Assistir com assiduidade às aulas, de acordo com o Plano de estudos e horários estabelecidos;
- b) Contribuir para que o ambiente de aulas seja propício para o efeito, isto é não praticar qualquer forma de poluição, não danificar os meios materiais e didácticos existentes;
- c) Participar em todas as avaliações estabelecidas pela escola e autoridades da educação;
- d) Respeitar os professores, colegas, funcionários e dirigentes da escola;
- e) Participar em todas as actividades escolares e extra-curriculares a que for indicado;
- f) Apresentar-se devidamente uniformizado e exhibir o cartão de estudante sempre que lhe for exigido pelas autoridades da escola, sempre que se apresente no recinto escolar;

- g) Exercer com brio as funções para as quais foi eleito pelos seus colegas ou incumbido pelo seu Director de Turma ou outra autoridade da escola;
- h) Observar o Regulamento interno da escola e demais orientações emanadas da direcção da escola;
- i) Respeitar os princípios de hierarquia existentes na escola;
- j) Colaborar com os colegas responsáveis da turma na manutenção da disciplina e asseio da sala de aulas, em particular e da escola em geral;

Artigo nº42
Normas de Conduta

Na observância do Regulamento interno e demais normas da escola, o aluno, uma vez dentro do recinto escolar,

1. Deve,

- a) Apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, penteado; as saias não devem visualizar os joelhos e as calças devem ser decentes;
- b) Saudar de pé o professor e outras estruturas da escola sempre que estes entrem ou saiam da sala de aulas ou passem pelos corredores da escola;
- c) Entrar na sala de aulas logo que toque para entrar e lá permanecer até ao final da aula, ocupando-se de actividades que não promovam barulho, como revisão da matéria, leituras, resposta aos deveres de casa, etc.

2. Não deve:

- a) Promover ou praticar qualquer acto de violência;
- b) Agredir os colegas com instrumentos contundentes;
- c) Circular com viaturas motorizadas, bicicletas, patins, carrinhos de arrolamento, *skateboards*, etc.;
- d) Sentar-se nos parapeitos e patamares, secretária, carteira, janelas, portões, escadas e na entrada principal da escola;
- e) Receber visitas de amigos ou parentes estranhos à escola;
- f) Mascar pastilhas elásticas durante as aulas;
- g) Consumir tabaco, bebidas alcoólicas, drogas nas suas diferentes formas;
- h) Escrever nas carteiras e paredes;
- i) Usar bonés, óculos escuros, brincos e *piercings* (rapazes), gorros, lenços;
- j) Aplicar extensões extravagantes aos cabelos (ambos os sexos) incluindo *dreads* e *rasta*; usar barba,
- l) Sujar e pinchar a sala de aulas, corredores e o recinto escolar em geral;
- m) Ler distribuir livros, revistas e filmes moralmente proibidos (pornográficos e violentos a exemplo do luta livre);
- n) Portar e/ou utilizar telemóvel na sala de aulas;
- o) Namorar no recinto escolar;
- p) Saltar o muro de vedação da Escola
- q) Frequentar o curso diurno em estado de gravidez;
- r) Apresentar-se na escola de qualquer outra forma que não se adequa ao ambiente escolar e à condição de aluno;

Artigo nº43
(Excepções)

Casos excepcionais às normas de conduta serão analisados pelo colectivo de direcção da escola.

**Artigo nº 44
(Penalizações)**

A infracção ao Regulamento Interno, e consoante a sua gravidade ou reincidência pode ser penalizada com:

- a) Repreensão oral;
- b) Repreensão oral pública;
- c) Repreensão com conhecimento do encarregado de educação;
- d) Falta disciplinar;
- e) Comportamento medíocre;
- f) Comportamento Mau;
- g) Suspensão com realização de actividades correcionais no recinto escolar;
- h) Expulsão.

**Artigo nº45
Grelha de Infracções/Penalizações**

Tendo em conta a infracção cometida pelo aluno serão aplicadas as seguintes penalizações:

Tipo de infracção	Penalizações a aplicar (Artigo nº 44)
Promover ou praticar qualquer acto de violência;	· Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação
Agridir os colegas com instrumentos contundentes	· Expulsão
Circular com viaturas motorizadas, bicicletas, patins, carrinhos de arrolamento, <i>skateboards</i> , etc.;	· Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação e · Apreensão do material
Sentar-se nos parapeitos e patamares, secretária, carteira, janelas, portões, escadas e na entrada principal da escola;	· Repreensão oral; · Repreensão oral pública; · Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação
Receber visitas de amigos ou parentes estranhos à escola;	· Repreensão oral; · Repreensão oral pública; · Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação
Mascar pastilhas elásticas durante as aulas;	· Repreensão oral;
Consumir tabaco, bebidas alcoólicas.	· Repreensão com conhecimento do encarregado de educação; · Suspensão com realização de actividades correcionais no recinto escolar; · Expulsão
Ser portador ou consumidor de estupefacientes e produtos psicotrópicos	· Expulsão
Escrever nas carteiras e paredes danificar qualquer material escolar	· Repreensão com conhecimento do encarregado de educação; · Reposição dos danos causados
Usar bonés, óculos escuros, brincos e <i>piercings</i> (rapazes), gorros, lenços;	· Repreensão oral; · Repreensão oral pública; · Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação;

	<ul style="list-style-type: none"> Comportamento medíocre; Confiscação do artigo;
Má utilização das casa de banho, danificação da loiça sanitária, e vidros	<ul style="list-style-type: none"> Reposição do material
Aplicar extensões extravagantes aos cabelos (ambos os sexos) incluindo <i>dreads</i> e <i>rasta</i> ; usar barba,	<ul style="list-style-type: none"> Repreensão oral; Repreensão oral pública; Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação
Sujar e pinchar a sala de aulas, corredores e o recinto escolar em geral	<ul style="list-style-type: none"> a,b,c Repreensão oral; Repreensão oral pública; Repreensão com conhecimento do encarregado de educação, Pintar a sala Falta disciplinar e sua integração nos trabalhos de limpeza, no turno em que não tem aulas em número de dias não inferiores a três, conforme a gravidade da infracção
Ler distribuir livros, revistas e filmes moralmente proibidos (pornográficos e violentos a exemplo do luta livre);	<ul style="list-style-type: none"> Repreensão com conhecimento do encarregado de educação; Falta disciplinar; Comportamento medíocre; Comportamento Mau; Suspensão com realização de actividades correcionais no recinto escolar c, d,e,f,g
Portar e/ou utilizar telemóvel na sala de aulas; Portar auriculares fazer filamgens no recinto escolar	<ul style="list-style-type: none"> Repreensão oral; Repreensão oral pública; Repreensão com conhecimento do encarregado de educação; Falta disciplinar Confiscação dos aparelhos
Namorar no recinto escolar; Saltar o muro da Escola;	<ul style="list-style-type: none"> Repreensão oral; Repreensão oral pública; Repreensão com conhecimento do Enc. de Educação
Frequentar o curso diurno em estado de gravidez;	<ul style="list-style-type: none"> Transferir para o curso nocturno, com o conhecimento do Encarregado de Educação
Apresentar-se na escola de qualquer outra forma que não se adequa ao ambiente escolar e à condição de aluno;	<ul style="list-style-type: none"> Qualquer das penalizações do artigo 44, conforme a gravidade.

Obs. Para qualquer uma das infracções, em casos de reincidência, será aplicada a pena da alínea h (expulsão) do artigo nº44

Dos Funcionários

Artigo nº46

(Definição)

São designados por funcionários todos os trabalhadores da escola que não fazem parte da direcção e do corpo docente